

CADERNOS DE GEOGRAFIA

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
FACULDADE DE LETRAS · UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA 1997 N.º 16



A FLORESTA, O TURISMO E O CIDADÃO*

Fernanda Delgado Cravidão**

1 - INTRODUÇÃO

Estará, provavelmente, muito próximo da realidade, afirmar que desde sempre o Homem e a Floresta conviveram. Frequentemente de um modo passivo, cúmplice e afectivo e, algumas vezes, em forma de conflito mais ou menos latente. Esta dialéctica reflecte, em grande medida, por um lado a evolução da sociedade e, por outro a "divisão" do Mundo em países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Nas sociedades ditas desenvolvidas a floresta desaparece à velocidade com que se constroem redes viárias, se urbaniza o território... e tendo, frequentemente, os incêndios florestais como pano de fundo.

Portugal, situado na bacia mediterrânea, não fica alheio a todo este processo. A partir de determinado momento, e tal como acontece em outros países, o Turismo surge como uma das chaves para impedir que as portas da destruição continuem a abrir-se. Qual o papel que lhe cabe? E o cidadão, qual a sua relação com a floresta e com o turismo? Serão estas algumas das questões sobre as quais tentaremos fazer alguma reflexão.

Há já algum tempo que tenho sempre grande dificuldade em abordar temas desta natureza. E digo porquê. Tenho sempre a sensação que está tudo dito e está quase tudo por fazer. Por isso tenho sempre grandes dúvidas se o que vou dizer tem algo de novo. A razão porque tenho a sensação de que está tudo dito é porque basta um pouco de atenção - nas diversas reuniões científicas onde estes temas são abordados, nos discursos políticos, nos *mass média*... Quando se trata de fazer algumas reflexões a propósito do desenvolvimento, regionalização, floresta/incêndios florestais, turismo, para apenas citar alguns exemplos, há um conjunto de ideias/frases que desde há muito estão sempre presentes. Vejamos apenas alguns exemplos:

- É necessário desenvolver de forma harmónica o território;

- É necessário terminar com as assimetrias regionais;
- É necessário criar condições para fixar as populações;
- É necessário impedir que o despovoamento continue;
- É necessário travar a desertificação;
- Mas é também necessário que as áreas deprimidas encontrem modelos de desenvolvimento;
- É preciso encontrar políticas que respondam ao fenómeno do envelhecimento demográfico, à exclusão social, à falta de acessibilidades;
- É necessário uma melhor gestão dos espaços florestais, de limpeza das matas;
- e mais recentemente, o aquecimento global e o fenómeno *el Niño*.

Podia citar muitos mais exemplos. Depois, vem um outro conjunto onde aparecem as soluções para os problemas anteriores mas que teimam em permanecer. E esta deve ser a única razão para o mesmo tipo de questões continuar a estar presente. Vejamos alguns exemplos:

- É necessário canalizar verbas dos fundos comunitários para programas de desenvolvimento, cujo objectivo é fixar as populações nas áreas deprimidas;
- É necessário fazer a reconversão das artes e ofícios tradicionais;
- O êxito passa por combater a exclusão territorial/social, promovendo políticas de desenvolvimento local/regional. E aqui devolve-se parte dos problemas para as autarquias locais, como se tivessem o segredo exclusivo que abre a porta do desenvolvimento;
- É necessário potenciar recursos endógenos entre os quais são citados:

- o artesanato, a gastronomia, a agricultura biológica, o património natural e construído, e deixo, para o fim, propositadamente o turismo. O turismo de habitação, o turismo rural, o turismo cinegético, o turismo ecológico, o turismo verde. E aqui, surge a Floresta, ou a mancha florestal, que ainda existe, também, como potenciadora do desenvolvimento.

Por tudo isto tenho a sensação que tudo está dito e quase tudo por fazer. Mesmo assim, tentarei fazer algumas reflexões sobre o tema que hoje aqui me trouxe.

* No âmbito do Programa PRAXIS XXI, Projecto I&D, Nº 2/2.1CSH/745/95. Este texto tem como base uma comunicação apresentada em Novembro de 1997

** Centro de Estudos Geográficos. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra.

2 - A POPULAÇÃO E A FLORESTA — UM CAMINHO NEM SEMPRE PARALELO

A População e a Floresta são duas "variáveis" que quase sempre caminharam juntas. Os grandes momentos de ruptura na história das populações reflectem-se, de um modo mais lento ou quase de imediato consoante a época, no modo de "olhar" a Floresta. As grandes alterações demográficas, estão quase sempre ligadas às alterações das técnicas, aliadas a mudanças sociais e culturais importantes, e alteram o modo como a *natural* em geral e a Floresta em particular, passam a ser percebidos. No chamado mundo desenvolvido o desbaste desenfreado vai dando lugar a preocupações ligadas à preservação, muitas vezes do que já é difícil manter; ordenar o que "teimosamente" continua desordenado.

Em 1995 na *Revue Belge de Geographie* (pp. 11-14), Pierre GOUROU assinava um artigo com o título "Civilizations et Forêts". Neste texto, que abre o número daquela Revista, o autor afirma: antes da aparição do Homem, é possível pensar que a Floresta deveria cobrir pelo menos 200 milhões de Km² sobre os 500 milhões de terras emersas. Actualmente a área que ocupam e, segundo P. GOUROU, não ultrapassa os 20 milhões de Km². Esta impressionante diminuição da área florestal é em grande medida explicada pelo modo como as diferentes civilizações, que têm atravessado a história da Humanidade, têm gerido a relação entre o Homem e o meio.

As sociedades pré-industriais tinham na floresta praticamente tudo. A madeira, por exemplo, era a matéria-prima a partir da qual quase tudo se executava. Dos utensílios mais simples e de uso quotidiano, aos mais elaborados e de utilização menos banal. Por outro lado, o aumento demográfico que se opera, por exemplo, na Europa e a que Portugal não fica alheio, origina arroteamentos, queimadas quase constantes, e cujos objectivos eram não só ganhar mais terra para cultivar, como torná-la mais fértil. As queimadas que nesta época podem ser consideradas como uma técnica de cultivo levam a que enormes manchas de floresta sejam destruídas em favor da população que então conhecia períodos de elevado aumento demográfico. De tal modo, que chegam a ser proibidas em Portugal, como em outros países da Europa de então. As Ordenações Afonsinas, em meados do século XV, não só as proíbem como impõem multas e outras penalizações a quem as pratique. Note-se, portanto, que esta e outras questões não são só de agora. A relação do Homem com a Floresta nem sempre foi pacífica. Por outro lado, não podemos esquecer que já há muito a Floresta constitui um lugar de lazer para alguns grupos sociais, e onde a caça assumia um papel muito importante. Por isso, ao destruir-se a floresta para agricultura provavelmente entrava-se em conflito com a população que aí usufruía da possibilidade de caçar.

É evidente que os homens deveriam ter consciência que ao derrubarem a floresta teriam de compensar de algum modo, plantando árvores, só que esse repovoamento não terá sido feito em grande parte com espécies idênticas mas, com outras, que progressivamente alteram a mancha inicial.

De qualquer modo quer em Portugal, quer na Europa pré-industrial, a grande dependência que havia entre o Homem e a Natureza, as técnicas que eram utilizadas, ... terão levado a uma desflorestação que terá tido, em termos gerais, impactos ambientais mais lentos no tempo, logo, e em princípio, de consequências menos gravosas. Recorde-se, apenas, o sempre citado assoreamento do Rio Mondego, e cuja causa primeira terá relação com o crescimento demográfico já que eram necessárias mais terras para fazer agricultura. Mas é a industrialização/urbanização, que vão de uma forma, que chamo quase voraz, consumir a floresta. As alterações sociais, a urbanização do território frequentemente avançando dum modo caótico e galopante, a falta de estudos de impacto ambiental, a necessidade de destruir determinadas espécies florestais para "alimentar" o consumo dos países desenvolvidos, põem em causa, a floresta, os ecossistemas, a biodiversidade, o ciclo da água, a circulação atmosférica em geral... Isto é, e tal como afirma P. GOUROU, a civilização tem-se encarregado de destruir a Floresta.

3 - A EMERGÊNCIA DE UM NOVO OLHAR SOBRE A FLORESTA

Mas também a modernidade parece ter trazido um novo olhar sobre a floresta. Não só mudam os olhares como muda o modo de olhar. Isto é, não só é outra a população que agora olha para a floresta, como é diferente a maneira como a vê.

O abandono de paradigmas como: desenvolver primeiro e cuidar do ambiente depois e a consciencialização progressiva de que é necessário e urgente não só o desenvolvimento sustentado como uma dimensão transgeracional do mesmo, começa a ter alguns reflexos no território, incluindo o caso português.

O século que agora termina e principalmente depois da 2ª Guerra Mundial, foi cenário de profundas mudanças: a agricultura é progressivamente abandonada, por razões várias que não merece a pena mencionar já que todos as conhecemos; os serviços começam a ter um significado cada vez maior na estrutura sócio-profissional das populações, onde as regras que comandam o tempo de trabalho são cada vez mais flexíveis e onde o lazer em geral e o turismo em particular assumem, na sociedade, um lugar de destaque.

Se durante cerca de meio século o turismo de sol e praia dominou o tempo livre de milhões de turistas, a massificação em que acabou por "cair", a destruição que gerou, nomeadamente em áreas de grande fragilidade ambiental, aliadas à emergência de uma «consciência clorofila» para uns, ambientalista para outros, fez com que o tempo livre de alguns cidadãos, comece a ser ocupado, gerido e consumido de formas diferentes. Em consequência, o Turismo Verde segundo alguns autores, o Turismo Ecológico para outros, vem assumindo uma importância cada vez maior. Assim, as causas que levam ao desenvolvimento desta "nova" forma de lazer são tanto de carácter psicológico, como social e cultural. A procura de espaços "naturais", longe do stress urbano, da poluição ambiental, responde ao imaginário da infância, dos filmes, dos livros... da viagem que um amigo nos contou. Áreas que estiveram durante anos, senão séculos, fora dos eixos de desenvolvimento são hoje procuradas com fins turísticos, fazem hoje parte de redes de áreas protegidas. E aqui começam outros conflitos: com o meio e frequentemente com as populações locais. Populações que agora vêm no turismo um modo de melhorar os seus orçamentos familiares, são impedidas de construir determinado tipo de habitação ou de restaurante, já que, as regras que comandam as áreas protegidas não o permitem. É necessário que lugares deste tipo tenham estudos realizados sobre, por exemplo, a capacidade de carga, já que o visitante é o principal agente quer para preservar quer, também, para destruir.

Portugal não fica alheio a esta nova forma de turismo. De resto, o turismo de massas encarregou-se de destruir, nomeadamente no litoral, áreas significativas. A minha geração teve, por um lado, o privilégio e, por outro, a grande tristeza de assistir "à ascensão e queda" de alguns lugares turísticos. E o que pessoalmente mais me preocupa é que o modelo continua a repetir-se de forma praticamente impune por este país fora. Talvez, também por isso, mas sobretudo porque a globalização dos padrões de comportamento é cada vez maior, o Turismo Verde começa a ter algum significado em Portugal. Neste sentido, pode ser potenciador da protecção da floresta e de promover algum desenvolvimento em áreas deprimidas. E aqui já estou a utilizar algumas das frases com que iniciei esta pequena reflexão, só que coloco duas questões que me parecem, senão as mais importantes, pelo menos tão importantes. Será que o turismo verde vem resolver problemas que desde há muito continuam sem solução, ou teimosamente adiados, e que devem ser encarados de um modo desdramatizado já que fazem parte de um processo mais vasto nesta sociedade dita desenvolvida? A segunda questão tem a ver com algo que considero talvez fundamental e raramente vejo tratado de modo claro e objectivo. Não é difícil entender porquê. Onde se colocam as populações locais? As que residem nesses espaços procurados e publicitados para o turismo ecológico, pois

salvo raríssimas excepções estes espaços são tratados, quase sempre, na perspectiva do turista e quase sempre com uma visão economicista. E as populações locais repito? idosas, com reformas que não permitem qualquer qualidade de vida, frequentemente analfabetas, frequentemente resistentes a qualquer inovação que possa promover o desenvolvimento, com redes viárias é certo, mas muitas vezes, sem poder pagar ao táxi que as leve ao médico!

Porém, estas populações são as mesmas que durante séculos viveram, conviveram e não raras vezes dependeram da floresta. É imprudente chegar e de um momento para o outro dizer-lhes que afinal nós é que sabemos como se faz. É necessária humildade científica. E ao contrário do que se possa pensar, basta, por vezes, percorrermos algumas áreas ardidadas e questionar-mos sobre quem é o proprietário da habitação recém inaugurada, ou quem explora o recente percurso de todo o terreno para verificarmos como é difícil fazer coincidir o discurso com a prática.

É evidente que o Turismo Verde tem vantagens e portanto deve ser promovido. Mas é necessário ter em atenção que não podemos cair no oposto, isto é, levar para áreas de onde sempre partiram populações, outras, com diferente modo de consumir o território em geral, e a floresta em particular, pois os impactos negativos não tardarão em aparecer. Não basta defender a biodiversidade. A floresta não tem só uma dimensão ecológica e económica, tem também uma dimensão cultural, lúdica e global. Por isso o Turismo que aí se pratica tem de ser integrado e respeitar toda essa dimensão. Caso contrário, não protege, não preserva, e sobretudo não educa. O Turismo Verde deve ser promovido, e há exemplos de sucesso, mas não nos iludamos, qualquer que seja o tipo de prática turística, exercida isoladamente, o desenvolvimento é quase sempre precário e sobretudo efémero. Por isso, o êxito depende da sua integração em planos mais vastos, consequentes, e principalmente dentro de uma lógica que atravesse o local, o regional e o nacional. Estas responsabilidades cabem-nos a todos. Do poder central ao poder local, mas sobretudo, a cada um de nós enquanto simples cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CRAVIDÃO, Fernanda Delgado (1994) - "Population, Forest Fires and Recovery of Burnt Areas in The Central Region of Portugal". *Proceedings of the International Geographical Union - Study Group on Development Issues in Marginal Regions*, Universidade de Nova Dehli, India, pp.107 -119.

- CRAVIDÃO, Fernanda Delgado e CUNHA, Lúcio (1996) - "Tourism and sustainability. The example of coastal Portugal". *Third International Conference, Littoral'96*, Universidade de Portsmouth, Inglaterra, pp.234-241.
- COLL, Matteredona e BAIJAL, Josep (1995) - "Turismo Rural: uma alternativa para el desarrollo integrado de los municipios rurales de la montaña Alicantina". *Investigaciones Geográficas*, Universidade de Alicante, n.º 14, pp 59-74.
- GOUROU, Pierre (1995) - "Civilizations et forêts". *Revue Belge de Géographie*, 119e année, 1-2, pp. 11-15.
- HEALEY, P. e SHAW, T. (1993) - "Planners, Plans and Sustainable Development". *Regional Studies*, vol. 27 e 28, pp. 769-776.
- TOSELLI, Claudia (1993) - "Turismo Ecologico: aspectos generaes sobre esta nueva tendencia". *Signos, Revista de la Universidad de Salvador*, año XII, n.º 24, pp. 97-107.